

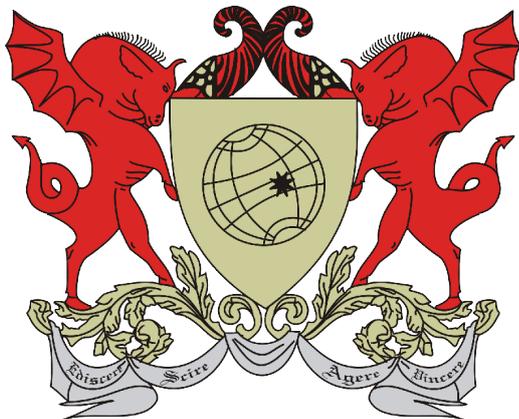
# HISTÓRIA E PATRIMÔNIO

Luiz Lima Vailati



Curso de Licenciatura  
**em História**





## **Universidade Federal de Viçosa**

### **Reitora**

Nilda de Fátima Ferreira Soares

### **Vice-Reitor**

Demetrius David da Silva

cead

Coordenadoria de  
Educação Aberta e a Distância

**Diretor**

Frederico Vieira Passos

*Prédio CEE, Avenida PH Rolfs s/n  
Campus Universitário, 36570-000, Viçosa/MG  
Telefone: (31) 3899 2858 | Fax: (31) 3899 3352*

**Layout: Diogo Rodrigues**

**Editoração Eletrônica: Lucas Kato**

**Capa: Diogo Rodrigues**

**Coordenador editorial: João Batista Mota**

A apostila que você tem em mãos deverá servir de apoio aos seus estudos durante o curso, atuando como complemento ao texto de leitura obrigatória, às aulas e demais atividades desenvolvidas ao longo do semestre.

Ela foi elaborada tendo em vista os seguintes objetivos:

1. Ajudar no entendimento da estrutura e lógica internas dos textos de leitura obrigatória, instrumentalizando o aluno no desenvolvimento da compreensão de textos acadêmicos;
2. Tornar clara as questões principais dos textos, isto é, aquelas que orientaram a reflexão dos autores analisados, bem como a forma como procuram responder a elas;
3. Explicitar as questões e informações que, à luz dos objetivos da disciplina e do conjunto de assuntos e textos nela trabalhados, têm interesse particular para nós.

De modo a atender a esses objetivos, cada capítulo - que corresponde a cada uma das aulas - foi subdividido em itens (mesmo quando o texto-base não os tem). Esses, por sua vez, estão organizados na forma de questões, que correspondem às indagações principais tanto dos autores estudados quanto aquelas que julgamos importantes ao adequado encaminhamento da leitura aos objetivos da disciplina.

Devo reiterar, mais uma vez, que a apostila deverá ser utilizada exclusivamente como recurso para orientar as leituras do curso e fazer a revisão dos estudos, **mas nunca para substituir os textos obrigatórios**. Isso porque, se a função dela é ajudar no esclarecimento desses, a recíproca também é verdadeira: a inteligibilidade adequada e abrangente do que aqui é apresentado depende, evidentemente, da leitura cuidadosa desses textos.

Não é demais lembrar ainda que, ao se restringir à apostila, o aluno fica limitado à leitura particular (ainda que treinada e especializada) deste professor sobre os textos-base. Tal atitude é bastante problemática, pois nenhuma leitura é absoluta e o debate entre entendimentos diferentes é condição fundamental de aprendizado. Por tudo isso, a apostila sozinha não é suficiente para o desempenho minimamente esperado para a aprovação avaliações e, sobretudo, para a formação adequada do futuro profissional, uma vez que, feita para orientar e ajudar a problematizar a leitura, não pretende em absoluto esgotá-la.

Bons estudos!



# SUMÁRIO

- 6 MEMÓRIA INDIVIDUAL E MEMÓRIA COLETIVA**
- 10 A LUTA PELA MEMÓRIA: MEMÓRIA COLETIVA E MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS**
- 14 HISTÓRIA E MEMÓRIA: DISTINÇÕES**
- 18 HISTÓRIA E MEMÓRIA BORRANDO AS DIFERENÇAS**
- 22 A CONSAGRAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO**
- 27 A POLÍTICA DE PATRIMÔNIO NO BRASIL: A “FASE HEROICA”**
- 34 A POLÍTICA DE PATRIMÔNIO NO BRASIL: A “FASE MODERNA”**
- 38 PATRIMÔNIO IMATERIAL**

## Memória individual e memória coletiva

### Texto base:

HALBWACHS, Maurice. Cap. I – A memória coletiva e a memória individual. IN: A memória coletiva. São Paulo: Editora Centauro, 2005, p. 25-52.

### 1. Introdução

Neste capítulo, discutiremos um texto de Maurice Halbwachs. O autor, sociólogo francês (1877-1945), foi discípulo de Émile Durkheim e integrante do grupo pioneiro na área das Ciências Sociais, reunido em torno dos **Année Sociologique**, do qual faziam parte François Simmiand e Marcel Mauss, autores que tiveram grande influência entre os historiadores dos *Annales*.

Esta obra póstuma, publicada originalmente em 1950, retoma as ideias defendidas no artigo clássico de Halbwachs sobre memória, intitulado *Os quadros sociais da memória*. O que se pretende nesta aula é iniciar a discussão sobre memória social, aproximando-a daquela com a qual estamos naturalmente mais familiarizados: a nossa memória pessoal. Em outras palavras, o que será discutido aqui é: qual a relação entre a memória individual e a memória de grupo?

### 2. Confrontações

A leitura cuidadosa do texto da aula permite visualizar, logo nas primeiras páginas, as hipóteses que são exploradas ao longo do texto.

- **Esta primeira parte é intitulada “confrontações”. Qual é o confronto?**

Segundo Halbwachs, a produção de memória sobre algo implica em confrontações, na medida em que confrontamos testemunhos para fortalecer, negar ou completar o que sabemos de um evento. O autor apresenta dois tipos de confronto. Em primeiro lugar, confrontamos as diferentes lembranças pessoais que nós mesmos temos sobre determinado acontecimento.

Em segundo, essas impressões e lembranças pessoais são confrontadas com a recordação dos outros. Esse confronto é que garante a confiança na exatidão de nossa evocação. Daí, já se verifica uma forte relação entre memória e coletividade: uma retira força da outra.

- **A partir dessa constatação, ele formula sua hipótese geral, que tentará provar ao longo do texto. Qual é?**

Nossas lembranças têm sempre um caráter coletivo, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais somente nós estivemos envolvidos.



### 3. O esquecimento pelo desaparecimento de um grupo

- **Partindo dessa hipótese geral, na parte seguinte ele desenvolve sua primeira hipótese específica na qual ele precisa sua premissa geral. Qual é?**

Ele observa que, apesar da memória sempre ter um caráter coletivo, para confirmar ou recordar uma lembrança, não é necessária a presença material e sensível de indivíduos. Daí o exemplo que ele dá da **memória do viajante**: o produto do confronto de suas impressões gerais sobre o lugar que visita com as informações contidas nos livros que leu sobre tal lugar.

- **A partir desse mesmo exemplo, ele formula outra hipótese específica a respeito. Qual é?**

Ele lembra que essa presença física e sensível não apenas não é necessária, como também não basta para a produção de memória. Segundo o autor, para que se possa confundir nosso passado com o de um grupo, precisamos fazer parte dele. Isso significa pensar em comum, permanecer em contato e nos identificarmos com ele.

No exemplo do viajante, ele mostra como as pessoas que o acompanham na viagem, mas não compartilham o mesmo cabedal, nem os mesmos interesses sobre o que está sendo visitado, não serão capazes de compartilhar uma memória comum sobre a viagem. Outro exemplo sobre isso é o do professor que, apesar de estar presente junto aos alunos em uma série de fatos escolares, não poderá compartilhar com eles uma grande parte da memória sobre tais eventos, dada a divergência de convívio e identidade.

- **A partir desse último exemplo, ele decompõe os elementos que permitem a comunicação das lembranças entre indivíduos? Quais são?**

O primeiro deles é o que podemos chamar de permanência: em relação aos alunos, não existe nenhum grupo permanente do qual o professor continue a fazer parte e no qual ele possa se recolocar para se recordar do passado. O segundo é a abrangência: a força de determinada memória coletiva corresponde à extensão dos ambientes diferentes compartilhados por um mesmo grupo. Isto é, um grupo de amigos de escola geralmente convive não apenas na escola, mas também nos espaços e tempos de lazer, nos ambientes familiares abertos uns aos outros, entre outras situações. O terceiro é o que chamamos de engajamento: há um menor interesse do professor em comparação com os alunos no que refere à experiência da classe escolar, uma vez que esta é uma entre tantas outras para a qual ele leciona. Por fim, existe o que poderíamos chamar de função: o que está em jogo para a constituição de uma memória comum é a faculdade de assumir um número maior ou menor de funções no interior de determinado grupo.

- **Qual é a contrapartida dessa constatação?**

Halbwachs observa que a desagregação do grupo provoca a fragmentação



da memória coletiva, que é, ao mesmo tempo, uma incapacidade de lembrar e de esquecer - processos necessários à constituição de uma memória de grupo. Isso acontece porque a desagregação do grupo gera, por um lado, a incapacidade de reproduzir todo o conteúdo do antigo pensamento e, por outro, a impossibilidade de esquecer as diferenças existentes entre os membros, a qual prejudica a sensação de identidade entre eles – o que, como se disse, é fundamental para a consolidação de determinada memória coletiva.

#### 4. Da possibilidade de uma memória estritamente individual

Na segunda parte do texto, como o próprio título informa, Halbwachs discute sobre a possibilidade de uma memória estritamente individual. Nessa parte é que abrirá o debate com o filósofo e psicólogo Charles Blondel em torno da hipótese central do capítulo, segundo a qual “só temos capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos”.

- **Porque a posição do Blondel é contrária a esta hipótese? E como Halbwachs responde a ela?**

Segundo Blondel, existem lembranças estritamente individuais e que, portanto, na memória, há algo mais do que “uma reconstituição feita com materiais emprestados”. Este é o caso, de acordo com Blondel, das primeiras lembranças da infância. Para Halbwachs, não há memória em que a experiência pessoal não esteja intimamente misturada com imagens e pensamentos que nos prendem aos grupos que nos rodeiam. É isso que explica o fato de não nos recordamos de nossa primeira infância. Segundo ele, nessa fase da vida, nossas impressões não ganham sentido, isto é, não são passíveis de serem adequadamente percebidas, nem podem ser fixadas na memória, uma vez que sem sermos ainda um ente social, não possuímos elementos para fixar nosso interesse e estruturar a organização elementar de nossas experiências sensoriais.

- **Além disso, Halbwachs discute o entendimento de que o fato de cada memória individual ser diferente uma da outra seja prova de que há algo irredutivelmente individual na memória. O que diz ele a esse respeito?**

Ele argumenta que o caráter único de cada memória individual não é incompatível com o reconhecimento da natureza sempre coletiva dela; muito pelo contrário. Segundo Halbwachs, o caráter, ao mesmo tempo, específico e coletivo decorre do fato de que cada individualidade representa um ponto de cruzamento único de diferentes quadros sociais. Em outras palavras: como não há, especialmente em sociedades mais complexas, indivíduos que participem exatamente dos mesmos grupos e situações sociais, não é possível uma memória individual idêntica à outra. Assim, conclui-se que, para Halbwachs, a natureza social da memória individual é também condição para que ela seja sempre única.

- **Definindo a memória individual como fruto de cruzamento de vários quadros sociais, o que o autor conclui ao final de seu texto?**



Que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar muda segundo as relações que eu mantenho com outros meios (que são todos sociais) e que a memória de determinado grupo é composta, portanto, por uma multiplicidade de memórias individuais que compartilham elementos comuns, mas que não são idênticas.

**Sugestões de leitura:**

POMIAN, K. Memória. In: *Enciclopédia Einaudi*. V.42. Porto: Imprensa Nacional, 2006, p.507-516.

POLLACK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-215.

REVEL, Jacques. Maurice Halbwachs e os primeiros *Annales*. In: \_\_\_. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. P.47-71.

## A luta pela memória: memória coletiva e memórias subterrâneas

### Texto base:

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. IN: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

### 1. Introdução

Neste capítulo, apresentaremos o texto de Michael Pollak, *Memória, Esquecimento, Silêncio*. O autor, sociólogo, é austríaco de nascimento, mas de formação e com atuação profissional francesa junto ao Centre National de la Recherche Scientifique-CNRS. Grande parte de sua pesquisa tem focado na reflexão teórica sobre o problema da identidade social em situações-limite: como é o caso dos sobreviventes dos campos de concentração e dos homossexuais diante da ameaça da AIDS.

Este texto é importante, para nós, porque questiona e avança a análise sobre a memória social, conforme colocada por Maurice Halbwachs. Ainda que seja herdeiro da análise desse autor, Pollak mostra como dentro de cada sociedade há uma disputa de vida e morte entre memórias antagônicas. Isso, segundo ele, reflete as contradições sociais existentes no seio de cada sociedade, fato que teria sido negligenciado nas análises de Halbwachs sobre a memória.

### 2. A memória coletiva: crítica ao modelo de Halbwachs

Os primeiros parágrafos do artigo são fundamentais, pois neles Pollak resume e avalia pontos-chave da análise da **memória coletiva** de Halbwachs, para depois anunciar mudanças de perspectiva.

- **Na sequência, ele retoma o entendimento de Halbwachs acerca da memória coletiva. Como ele faz isso?**

Pollak lembra que, para Halbwach, a memória coletiva fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais. Isto é, ao mesmo tempo que define o que é comum a um grupo, marca aquilo que o distingue dos outros. Pollak não discorda totalmente desta definição, mas ela é, para o autor, problemática quando dá ênfase exclusivamente à duração, à continuidade e à estabilidade. Segundo Pollak, isso deriva do fato de Halbwachs conceber a memória coletiva como coisa, automaticamente produzida pela sociedade da qual diz respeito, e não como algo que é construído intencionalmente. Isso, portanto, deixa de lado o fato de que a memória coletiva, em especial a memória nacional, é também luta, imposição, ou seja, uma forma de dominação ou de violência simbólica.

Por isso, não apenas negligencia o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva, mas também ignora a importância das memórias, às quais ele chama de “subterrâneas”, que se opõem à “memória oficial”



(memória nacional). A esse respeito, Pollak lembra que é nos momentos de crise de poder que esse caráter eternamente problemático das memórias coletivas se revela, pois são nessas ocasiões que as memórias entram em disputa aberta sob condições mais igualitárias de luta.

### 3. A memória em disputa e o papel do silêncio

Pollak abre a segunda parte do texto, analisando os movimentos de *desestalinização* na URSS. Ele mostra como esse processo de reconfiguração de poder foi o de irrupção de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação que jamais puderam se exprimir publicamente, revelando um fosso entre a memória da sociedade civil e ideologia oficial do Estado.

- **Com esse exemplo, nesta e na terceira parte de seu texto, ele aponta algumas características da dinâmica da memória oficial, de sua disputa com outras memórias e do papel do silêncio nessa luta. Quais são?**

Em primeiro lugar, ele observa que, quando se rompe o tabu que impede que emergjam memórias oprimidas, uma série de reivindicações a esse respeito participa dessa disputa pela memória. Outro ponto importante que ele assinala é que, sempre que há mudança política, os dirigentes se veem na necessidade de uma revisão autocrítica do passado. Em terceiro lugar, ele lembra que, do ponto de vista de quem está num dado momento no poder, esse processo de revisão é sempre arriscado, uma vez que as reivindicações não são totalmente controláveis.

- **Sobre o papel do silêncio nessa dinâmica, o que Pollak nos diz?**

Além disso, essas crises revelam, segundo o autor, o silêncio das memórias reprimidas e que este não significa esquecimento, mas sim resistência que a sociedade civil opõe aos discursos oficiais. Sobre ele, Pollak assinala ainda o papel fundamental que têm as redes familiares e de amizade na cuidadosa transmissão das lembranças dissidentes.

Por fim, ele lembra que as disputas entre memória subterrânea e memória oficial, não se referem unicamente à oposição entre grupos e Estado, mas também entre grupos minoritários e sociedade englobadora. A esse respeito, dá o exemplo dos sobreviventes do campo de concentração que retornaram à Alemanha e à Áustria. Ele observa que, ainda que o nazismo seja um período histórico bastante estudado, frequentemente ele permanece um tabu nas histórias individuais nesses países, nas conversas familiares e na biografia dos personagens públicos.

Na parte seguinte de seu texto, o autor lembra que a fronteira entre o dizível e o indizível é o que separa uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada de uma memória coletiva organizada (seja de sociedade majoritária ou do Estado).



## 4. O enquadramento da memória

- Na parte seguinte, ele propõe um novo termo para avaliar a memória coletiva, em específico aquela de natureza oficial. Qual?

Ele reconhece que estudar a memória formalmente constituída implica a análise de sua função: manter a coesão do grupo (o que supostamente lhe é comum), mas também as oposições irreduzíveis. Isso significa fornecer um quadro de referências e pontos de referência: o conjunto de coisas e signos por onde a memória é veiculada.

Em todo caso, para Pollak, “*memória enquadrada*” é um termo mais específico para memórias desse tipo, do que o termo amplo *memória coletiva*, pois o que se verifica, nesse caso, é um trabalho de enquadramento.

- Segundo Pollak, todo trabalho de enquadramento de memória de um grupo tem limites e exigências. Quais são?

Em primeiro lugar, esse trabalho exige um esforço de justificação. Recusar isso, de acordo com ele, significa “admitir o reino da injustiça e da violência”. Em segundo, essa reinterpretação do passado é controlada por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. Para Pollak, “ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob o risco de tensões difíceis de dominar, uma vez que o que está em jogo na memória é também o sentido de identidade individual e do grupo”. Em terceiro, ela se apoia na oposição forte entre o “subjetivo” e “objetivo”, entre o “inexato” e o “verdadeiro”: daí, a escolha de testemunhas confiáveis em relação ao poder constituído, mas também apresentados como portadores de uma suposta objetividade científica e isenção profissional. Este é o caso dos pesquisadores e “historiadores oficiais”. Apesar de se apresentar como discurso racional e objetivo, Pollak lembra, por fim, que o trabalho de enquadramento da memória se dirige não apenas às capacidades cognitivas, mas procura captar e mobilizar as emoções, sendo o filme-testemunho/documentário seu melhor suporte.

## 5. O mal do passado

- Na última parte do texto, Pollak trata das reminiscências pessoais e de sua transmissão. Apesar de reconhecer que uma história de vida é apresentada de inúmeras maneiras, em função do contexto no qual é relatada, ele observa que essas variações são também limitadas. Segundo o autor, são esses limites que definem os indivíduos como subjetividades sociais e fazem dessas memórias individuais memórias coletivas. Quais são esses limites?

Em primeiro lugar, nessas lembranças e em seus relatos, há a exigência de coerência e continuidade como sinais distintivos de uma memória crível e de um sentido de identidade assegurados. Ele lembra que vidas marcadas por rupturas e traumatismos tornam muito difícil o trabalho de construção de uma coerência e continuidade de sua própria história: daí a dificuldade de falar delas.

Outras dificuldades e bloqueios são resultado da reflexão sobre a própria



utilidade de falar e transmitir seu passado. Segundo ele, o silêncio sobre si próprio pode ser uma condição necessária para manutenção da comunicação com o meio em que se vive. Com isso, ele conclui que, mesmo no nível individual, o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida.

**Sugestões de leitura:**

POLLACK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-215.

ROUSSO, Henri. A memória não é mais o que era. In: Amado, J.; Ferreira, Marieta de Moraes (orgs.) *Usos e abusos da História Oral*. Ed. FGV, 1996.

TODOROV, Tzvetan. O século de Primo Levi. In: \_\_. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: Arx, 2002. p. 210-220.

## História e memória: distinções

### Texto base:

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo (10), dez. 1993, p.7-28.

### 1. Introdução

Neste capítulo, discutiremos um texto clássico a respeito das relações entre memória e história, que é o do historiador francês Pierre Nora. Apesar de hoje estudiosos, como François Hartog, avaliarem como exagerado e generalizador o diagnóstico que ele traça a respeito da experiência temporal nas sociedades contemporâneas, é inquestionável o valor deste texto para um melhor entendimento das relações entre memória e história, em especial sobre as diferenças entre ambas.

Além disso, o conceito de “lugares da memória”, cunhado por ele, é fundamental para o entendimento da relação do historiador com o patrimônio, pois examina alguns dos critérios principais pelo qual se institui algo em patrimônio.

### 2. O fim da história-memória

Na primeira parte do texto, Nora trata daquilo que entende como o fim da identificação da história como memória - separação que caracterizaria o mundo contemporâneo. Segundo ele, isso é resultado de uma nova experiência temporal, definida por ele com uma “aceleração da história”.

- **Como ele define essa “aceleração”? Qual é a origem?**

Nora define o fenômeno como uma “oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto” ou, em outras palavras, por uma consciência de ruptura com o passado. Segundo o autor, essa nova percepção do tempo foi desencadeada pelo processo de mundialização, democratização, massificação, mediatização pelas quais passaram as sociedades contemporâneas.

De acordo com ele, isso teria provocado o fim das sociedades cujo funcionamento tem por alicerce a conservação de valores, bem como o fim de seu correspondente, que são as ideologias fundadas na valorização da tradição.

- **Quais as consequências dela para a memória?**

Como consequência, a memória está restrita a determinados lugares, que ele chama de “lugares de memória”: uma vez que não está mais presente, pois não é mais necessária ao funcionamento vida social contemporânea, criaram-se lugares especialmente para ela, fora dos quais não existe mais. Segundo ele, há locais de memória, porque não há mais, na dinâmica social, meios de memória, isto é, a conservação da tradição não é mais critério fundamental e regulador do



funcionamento da sociedade. Perdendo sua função, apenas em determinados momentos e espaços especialmente criados para isso, é que somos convidados a lembrar. Por fim, há a ruptura de um elo de identidade muito antigo: aquele que havia entre história e memória. Essas formas de relação com o passado são agora opostas.

- **Quais as diferenças de uma e outra?**

Segundo Nora, a memória é vida e se manifesta de forma inconsciente, uma vez que é, ao mesmo tempo, condição e resultado do próprio funcionamento e reprodução da vida social; não é necessária para sua existência ações e esferas específicas.

Já a história, ao contrário, é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, uma vez que substitui a coisa em si (o "*passado vivo* ou *passado presente*") por uma representação, a de um *passado ausente*. Em consequência disso, Nora observa que memória é fenômeno sempre atual, na medida em que supõe identidade absoluta entre passado e presente, ao passo que a história é representação do passado como tal, ou seja, dimensão pretérita.

Outra distinção importante é de **natureza heurística**: memória e história representam conhecimentos de natureza distinta. Nora observa que a memória é afetiva e mágica. É afetiva, uma vez que supõe, por parte dos sujeitos a quem se dirige, plena identificação e engajamento emocional. É mágica, porque esse contínuo entre passado e presente está sempre se referindo a uma origem mítica, a qual é marcada e reatualizada pelo tempo ritual das celebrações e que escapa ao conhecimento racional, uma vez que seu entendimento supõe aceitar o mistério que o mito sempre encerra em si. Já a História, como conhecimento que se pretende científico, supõe distanciamento afetivo e acaba por reforçar a dissolução da identidade antes estabelecida entre passado e presente. Como discurso racional, ela rompe com qualquer apelo místico antes ensejado pela memória em sua relação com o passado, em que nada deve escapar ao olhar perscrutador e nivelador da razão. É em virtude disso que Nora observa que, se a memória emerge de um sagrado, a história a liberta e a torna prosaica.

Por fim, a diferença diz respeito ao alvo e função social entre uma e outra modalidade de relação com o passado. Nora lembra que a memória emerge de um grupo e em nome dele é defendida. Lembramos o que discutimos em aulas anteriores: a função da memória é reforçar a identidade de determinado grupo, em oposição aos que dele não fazem parte. Já a história, nas palavras de Nora, "pertence a todos e a ninguém". Pertence a ninguém porque é absolutamente alheia à função identitária, que é a razão social da memória, uma vez que disso depende sua tão pretendida objetividade. É exatamente por causa de seu desejo de que a história supõe ser de todos e para todos, visto que como discurso científico se pretende universal.

### 3. A memória tomada como história

Nesta parte, após observar que tudo que é chamado hoje de memória não é memória, mas sim história, ele aproveita para definir essa história que se apresenta como memória em três aspectos principais.

- **Quais são esses aspectos?**



Em primeiro lugar, é uma **memória-arquivo**. Segundo Nora, quanto menos a memória é vivida no interior (incorporada automaticamente pelas próprias exigências da vida social), mas tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis. Isso explica a obsessão contemporânea pelo arquivo e pelo patrimônio. O resultado é a constituição gigantesca do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar: a ampliação sem limite e, portanto, problemática do conceito de patrimônio.

Em segundo, esta é uma **memória-dever**. De acordo com Nora, uma vez que essa memória não é mais uma prática social, ela vem do exterior e nós só a podemos interiorizar como uma obrigação individual. Assim, segundo ele, a memória não estaria mais em lugar nenhum, se uma consciência individual não decidisse dela se encarregar.

Em terceiro, essa é uma **memória-distância**. Se antes a memória se caracterizava por uma continuidade entre passado e presente, esta “memória-história” é marcada pela descontinuidade, isto é, por um passado que se vive como rompimento.

#### 4. Os lugares de memória, outra história

Na terceira parte do texto, Pierre Nora assinala algumas características daquilo que ele batiza como “lugares de memória”. Interessa a nós, em especial, sua explicação a respeito de como a transformação de algo em “lugar de memória” é resultado de duas vontades conjugadas. Uma delas é vontade de memória, em seu sentido original e que vê o passado como continuação do presente e que - como fica evidente em seu próprio texto - não está tão morta como outras passagens sugerem. A outra vontade provém da nova memória que, conforme aponta o autor, diz respeito a uma experiência temporal própria do conhecimento histórico, conforme entendido hoje, a qual enxerga o passado como ruptura. Lembrando que a ideia de patrimônio está aqui contida no conceito de “lugar de memória”, observo que esta parte é central para o entendimento da lógica de nosso curso, uma vez que abre a discussão para as relações entre memória, história e patrimônio.

- **De que forma os “lugares de memória” são resultantes tanto de uma relação do passado, conforme engendrada pela memória em seu sentido original, como também daquela promovida pela vivência do passado como alteridade, isto é, como história?**

De fato, como lembra Nora, o que constitui algo em “lugar de memória” é “um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva à sua (...) sobre determinação recíproca”. Isto porque, inicialmente, é preciso ter vontade de memória, em seu sentido original (entrar em comunhão com determinada parte do passado, isto é, estabelecer relação de identidade com ele). Nesse sentido, Nora observa que, na falta dessa intenção, os lugares de memória serão somente lugares de história, e como tais seriam apenas índices de uma alteridade incontornável, a partir dos quais qualquer tipo de identificação com o passado é impossível.

Por outro lado, o autor mostra que a instituição de algo em “lugar de memória” é também fruto da experiência do tempo como história, pois, segundo ele, a razão fundamental de ser um lugar de memória é parar o tempo, isto é, estes lugares “só vivem de sua aptidão para a metamorfose”.

Isso significa duas coisas. Em primeiro lugar, que a razão de existirem “lugares de memória” reside na percepção de que o tempo cada vez mais dissolve os



laços que nos unem com o passado e que agora são necessários cuidados, lugares e ocasiões específicos para estabelecer uma identidade que deixou de ser condição do próprio funcionamento da sociedade. Em segundo, porque a própria sobrevivência desses “lugares de memória” depende de sua capacidade de mudar seus nexos com o passado, respondendo às demandas seguidamente repostas pela dinâmica histórica.

**Sugestões de leitura:**

HARTOG, François. Tempo e história: “como escrever a história da França hoje”? *História Social*. Campinas (SP), no 3, 127-154, 1996.

TODOROV, Tzvetan. *Abusos da memória*. Espanha: Ariela, 1995.

FRANÇOIS, Étienne. Os “tesouros” da Stasi ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998. p. 155-161.

## História e memória borrando as diferenças

### Texto base:

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: História e memória. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008, p. 535-549.

### 1. Introdução

Neste capítulo, vamos discutir o texto já clássico do historiador francês e líder da chamada “terceira geração” da Escola dos *Annales*, Jacques Le Goff, intitulado *Documento/monumento*. Este texto interessa aos objetivos do curso na medida em que delinea e problematiza, em traços gerais, como foram e são entendidas hoje as relações entre memória coletiva e história e a diferença entre elas nas suas relações respectivas entre o monumento e o documento.

Em segundo lugar, o texto permite definir bem qual a relação do historiador “hoje” tanto com o documento em particular, como com o patrimônio em geral, apresentando um apanhado dos textos mais importantes sobre essa questão à época. É importante, em especial, a argumentação do autor a respeito do papel que os historiadores possuem não apenas como identificadores de documentos, mas também como produtores de monumentos - discussão que ajudará na problematização das fronteiras que supostamente separam a história da memória e o documento do monumento, reflexão fundamental para entendermos os dilemas dos historiadores face à questão do patrimônio.

### 2. Os materiais da memória coletiva e da história

- **Como o próprio título diz, esta parte vai tratar dos materiais da memória coletiva e da história. Quais são eles? Como a tradição historiográfica os tem distinguido?**

Os materiais da história e da memória coletiva são, respectivamente, os documentos e os monumentos. Na sequência, ele mostra como esses materiais têm sido entendidos como radicalmente distintos, desde que a história se consolidou como disciplina científica.

Sobre os monumentos, sua existência seria resultado de uma escolha “ou das forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo como uma herança, ou um sinal do passado”. É interessante explicar o que isso quer dizer. O monumento é qualquer coisa a que se atribui o estatuto de índice de presença do passado: é um sinal de que ele continua presente. Ele pode ser resultado de uma produção especialmente feita para rememorar, como é o caso dos monumentos comemorativos, ou da atribuição desse papel a qualquer vestígio do passado, cuja função original é outra. Esse é o caso, por exemplo, de monumentos históricos como antigos edifícios tombados.

Vê-se logo que este entendimento está de acordo com aquilo que o texto de Pierre Nora, estudado na aula passada, define como memória, uma vez que por esta concepção tradicional o monumento liga-se ao poder de perpetuação,

voluntária e involuntária, das sociedades históricas.

Por fim, segundo esse entendimento, o monumento raras vezes tem por suporte o discurso escrito.

Le Goff observa que esse sentido é bastante distinto daquele atribuído aos materiais resultantes da seleção promovida pelo trabalho dos historiadores - dos documentos históricos conforme o entendimento da "escola histórica positivista", afirmado desde os fins do XIX. Nele, o documento tem o significado de prova, de fundamento do fato histórico [não se faz história sem ele]. Essa característica é garantida por outra - a objetividade do documento -, a qual se opõe à intencionalidade do monumento. A última caracterização tradicional que opõe o monumento ao documento é que este último afirma-se essencialmente como testemunho escrito.

Tendo apresentado um quadro das concepções tradicionais de monumento e documento, o autor tentará mostrar ao longo do texto que as características por meio das quais caracterizamos o monumento estão presentes também no documento. Isso se deve ao fato de que os diferentes interesses e processos - os quais, segundo a interpretação tradicional, são exclusivos à produção de um e outro - estão presentes em ambos, ainda que (é importante observar) em graus diferentes.

### 3. O século XX: do triunfo do documento à revolução documental

Na parte seguinte, Le Goff vai mostrar como, ao longo do século XX, essa distinção tradicional entre documento e monumento passou a se enfraquecer. Esse processo teve início com a reformulação do conceito de documento histórico promovida pelos fundadores da *Escola dos Annales*.

- **Em relação ao documento, o que os fundadores dos Annales vão promover?**

Le Goff observa que os *Annales* irão propor uma ampliação do conceito de documento, uma vez que este deixa de se referir exclusivamente ao documento escrito para dizer respeito a todo tipo de vestígio, passando a incluir, finalmente, nessa categoria, registros sonoros e imagéticos.

Além disso, o interesse da memória coletiva e histórica já não se cristaliza exclusivamente sobre grandes homens e sobre a história factual e política, mas sim por todos os homens de cuja notícia sabemos via "documentação de massa", revolução que foi possível apenas por outra, que é a revolução tecnológica, a do computador. Segundo Le Goff, da confluência dessas duas revoluções nasce a *história quantitativa*.

- **Essa nova modalidade de história implicou em três mudanças principais em relação à noção de documento e ao tratamento que ele exige. Quais são?**

Em primeiro lugar, isso alterou o estatuto do documento. Aqui Le Goff cita François Furet, segundo o qual, "o documento, o dado, já não existem por si próprios, mas em relação com a série que os precede e o segue": é o seu valor *relativo* à série que o torna objetivo, e "não a sua relação com uma inapreensível substância real". Essa afirmação exige uma explicação mais pormenorizada.

Sabemos que uma fonte histórica só pode ser considerada como tal quando



fornece resposta para determinado problema colocado pelo historiador. Ora, o dado serial só é capaz disso quando analisado comparativamente com outros documentos da série e, assim, só existe como fonte em relação à série. Dessa forma, é em relação a ela que o documento ganha objetividade, e não ao passado, que supostamente se manifestaria “em realidade”.

Em segundo lugar, a história quantitativa implica na existência de um tipo de fonte e numa nova tecnologia para tratá-la, que refletem mudanças na consciência histórica. De fato, a terceira transformação advinda com a história serial seria uma sensibilidade histórica que interpreta as transformações, em termos de processo, e que, em lugar do fato que conduz ao acontecimento e à história linear, privilegia o dado que leva à série e a uma história descontínua.

Trocando em miúdos: o fato é o elemento descontínuo que, transformado em acontecimento na narrativa, ganha sentido, porque estabelece continuidade com outros fatos/acontecimentos. Já o dado serial, cuja origem é a continuidade, só ganha significado em relação à série com a identificação da diferença, pois é a partir dela que é possível vislumbrar o sentido da transformação progressiva atestada por determinada série temporal.

#### 4. A crítica dos documentos: em direção aos documentos monumentos

Na parte seguinte é que Le Goff trata mais pormenorizadamente das novas reavaliações do documento histórico, que permitirão reproblematicar as supostas diferenças entre o documento e o monumento.

- **Qual foi a ampliação da crítica documental promovida pelos *Annales* em relação ao Renascimento?**

A crítica dos documentos, conforme proposta do Renascimento até as primeiras décadas do século XX, esteve limitada à verificação da autenticidade documental (autoria, data, etc.). Ela foi ampliada pela crítica da escola dos *Annales*, que denunciaram a antiga passividade dos historiadores diante dos documentos. Para eles, outros problemas deveriam ser apresentados, de modo a possibilitar o uso adequado de determinado documento.

Além da questão a respeito das razões que tornam algo um documento, estes historiadores passaram a se indagar também acerca dos motivos que possibilitaram que determinado documento chegasse até nós. Em outras palavras, tornou-se necessário questionar os motivos pelos quais a sociedade preserva e atribui a algo o estatuto de documento histórico, uma vez que isso revela o caráter dessa fonte e suas virtualidades, em termos de recurso para o conhecimento pretendido.

- **Qual é o avanço proposto por Le Goff?**

Esse questionamento, segundo Le Goff, obrigou os historiadores a reconhecer que não existe um documento objetivo, inócuo, primário, que sua autenticidade não é uma prova de boa-fé e que todo documento é produto da sociedade que o fabricou, segundo relações de força que aí detinham o poder. O que o autor conclui disso é que a ação da memória coletiva está dentre as principais condições que permitem a sobrevivência de determinado documento histórico, pois é também como resultado de um desejo de perpetuação de determinada parcela do passado que o documento é conservado. Em suma, todo documento



histórico, em razão de sua mera existência, responde a uma vontade-memória e, assim, apresenta também uma dimensão monumental.

- **Finalizando seu texto e citando Michael Foucault, Le Goff observa que esse caráter monumental de todo documento não é fruto apenas da ação da sociedade em sua busca por memória. Ele também é resultado da ação do historiador. Como?**

Segundo Michel Foucault: “história é certa maneira de uma sociedade dar estatuto e elaboração a uma massa documental (...) é o que transforma o documento em monumento (...) ao isolar, reagrupar, tornar pertinentes, colocar em relação, constituir em conjunto”. Em outras palavras: o historiador, ao dar um novo estatuto e impor novo significado a um conjunto antes inexistente, porque disperso de documentos -, muitas vezes, reservando a eles locais públicos especiais para seu acesso (os arquivos) -, faz deles, para utilizar a expressão de Pierre Nora, “lugares de memória”; ou seja: os investe de uma competência privilegiada como mediadores de nossa relação com o passado, disso resultando, inegavelmente, sua função monumental.

#### **Sugestões de leitura:**

MENESES, U. T. B. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* nº34. São Paulo, IEB-USP, 1992

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. SILVA, Zélia Lopes da. *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*, São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 11-28.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Memória e História: Desafios da Contemporaneidade. *Anais do Encontro de História e Documentação Oral*, 12-17, UnB, Brasília, 1993.

## A consagração do patrimônio histórico

### Texto base:

CHOAY, Françoise. A consagração do monumento histórico. IN: CHOAY, Françoise. A alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p.125-173.

### 1. Introdução

Na aula de hoje começaremos a discutir os diferentes conceitos e práticas que orientaram durante muito tempo grande parte das políticas patrimoniais, especialmente ao que toca ao chamado patrimônio histórico arquitetônico, começando a identificar alguns dos principais modelos que serviram de matriz em todo mundo, inclusive no Brasil. Faremos isso por meio da leitura do texto da historiadora francesa Françoise Choay, que trata da consagração do patrimônio histórico. Nesta aula, nos ocuparemos da parte relativa à valorização do patrimônio histórico enquanto tal.

- **Na breve introdução de seu texto, a autora observa que o período que vai de 1820 até 1964, com a redação da Carta de Veneza, foi caracterizado por uma unidade soberana advinda com a revolução industrial, que impôs novo estatuto ao monumento histórico definido por determinações também novas. Quais são?**

A primeira diz respeito à hierarquia dos valores atribuídos ao monumento histórico, em que se passa a privilegiar os valores estéticos, uma vez que se enxerga a industrialização como processo de degradação formal. Em segundo lugar, o conceito patrimônio histórico conhece nesse momento novas delimitações espaço-temporais, no qual a anterioridade à revolução industrial define o monumento histórico. Tal definição, portanto, dá geograficamente a dimensão universal ao conceito. Como resultado disso, assiste-se nesse período à transformação no estatuto jurídico do monumento histórico, com a generalização das leis visando à sua proteção. Por fim, há uma mudança em termos do tratamento dado a esse tipo de patrimônio, visto que a industrialização fez da restauração uma disciplina integral.

### 2. Valor cognitivo e valor artístico

- **Nesta parte, a autora trata inicialmente do valor cognitivo e do valor artístico, critérios considerados inicialmente na avaliação do patrimônio histórico. Como eles atuaram na valorização do patrimônio histórico?**

Segundo ela, reconhecido de longa data, o valor cognitivo do monumento histórico permanece solidamente ligado a valor artístico durante todo o período



que tratamos. Assim, ela observa que o XIX centrou a função cognitiva do monumento histórico no domínio da história da arte. Para os pensadores do período, isso significou, entre outras coisas, o entendimento que o monumento histórico pode também se dirigir não apenas à reflexão e à razão, mas também à sensibilidade e ao sentimento. Em outras palavras, no século XIX, devido ao fato de que a importância do patrimônio histórico esteve ligada ao valor em termos de conhecimento artístico; reconhecia-se não apenas a relevância do monumento histórico, pois a partir dele conhecemos a história das artes, mas também se identificava nele um valor de ordem afetiva. Na sequência do texto selecionado é que a autora vai definir qual foi, mais especificamente, a importância sentimental de que se revestiu o patrimônio histórico em relação aos demais tipos de patrimônio.

### 3. Preparação romântica: o pitoresco, o abandono e o culto da arte

- Segundo a autora, no que se fundamentará o valor afetivo de que passa a ser portador o patrimônio histórico?

Choay observa que a sensibilidade romântica descobriu nos monumentos do passado um campo de deleites de acesso mais fácil: redes de laços afetivos múltiplos e novos foram, então, tecidas com esses vestígios. Nesse sentido é que, diferentemente das representações clássicas sobre esses objetos que excluíam os sinais do tempo e as deteriorações, as reproduções pictóricas que o romantismo faz dos vestígios do passado passam a valorizar essas marcas. Elas se tornam signos de um novo valor pitoresco, capazes de gerar um sentimento de perturbação ou de angústia, pois transformadas em valor moral, tornam-se “emblema duplo da *arché* criadora, isto é, da dinâmica incessantemente transformadora do universo, e da transitoriedade das ações humanas”. Assim, segundo a autora, a sensibilidade romântica fomentou um novo culto em relação às coisas do passado.

### 4. A Revolução Industrial: a fronteira do irremediável

- No entanto, a autora lembra que o romantismo não foi força suficiente para essa nova disposição. A nova valorização das coisas do passado foi mobilizada, segundo ela, pela consciência de ruptura traumática do tempo advinda com a era industrial de que o romantismo é parte. Essa nova consciência histórica terá efeitos fundamentais no modo como será sentido e concebido o patrimônio histórico. Quais são eles?

Em primeiro lugar, houve uma nova determinação temporal do monumento histórico. Ele já não representa um passado entendido como vivo e continuado no presente, mas sim como algo morto e em relação ao qual o presente é outra coisa. Percebido, portanto, como parte de algo que não vive mais, a esse monumento nada poderá - e deverá - ser acrescentado pelo presente ou pelo futuro, em termos de novas formas e usos. Nessas condições, o monumento histórico torna-se signo do insubstituível.



- **A autora observa, além disso, que a revolução industrial e suas consequências não eram, à época, interpretadas da mesma forma na França e na Inglaterra. Quais eram as diferenças?**

Segundo ela, esses dois países atribuem valores distintos aos monumentos históricos. São estes valores que, como veremos mais adiante, vão impor diferentes modelos e leis de *patrimonialização* e restauração. Segundo ela, na França, o processo de industrialização foi legitimado e desejado pela ideia de progresso e de modernidade. Como resultado dessa vivência e expectativa positiva em relação ao novo mundo que se descortinava, temos uma concepção museológica do patrimônio: como este não tem mais uso e futuro, é necessário agir para conservá-lo propriamente.

Esse quadro é bastante distinto da Inglaterra. Vivendo mais completa e radicalmente a industrialização, esta não era vista de forma tão positiva e desejada como na França. Assim, na Inglaterra, ela surgiu como mais ligada às suas tradições, mais voltada para o passado. Nesse quadro, os monumentos eram, na Inglaterra, vistos como necessários à vida presente e, por não estarem mortos, faziam parte do cotidiano e deveriam permanecer em uso - não sendo necessária ação externa à própria dinâmica de utilização e adaptação do patrimônio para que este se conservasse.

## 5. O valor de reverência

No item seguinte, a autora trata mais pormenorizadamente da Inglaterra, uma vez que é na parte relativa à legislação e práticas de restauração que ela aborda o modelo Francês.

- **A grande referência a respeito do pensamento inglês sobre o patrimônio é John Ruskin. Qual é seu entendimento de patrimônio histórico?**

Ele atribui à memória a nova destinação e valor do monumento histórico: único meio para conservar vivo um laço com o passado. E essa intermediação é feita por abordagem afetiva, por sentimentos morais de reverência, respeito e empatia em relação às gerações desaparecidas, ou seja, não mais pela memória objetiva da história. Dessa forma, Choay observa que Ruskin enriquece o conceito de monumento histórico: nele adentrando a arquitetura doméstica até a mais humilde e os conjuntos urbanos. Mais ainda, com Ruskin, o monumento adquire universalidade sem precedentes, uma vez que se dirige a todos os homens e a todas as culturas. Com isso, observa Choay, os britânicos são os primeiros a conceber a proteção dos monumentos históricos em escala internacional.

## 6. Práticas: legislação e restauração

Segundo Choay, a consagração do monumento foi também baseada em um conjunto de práticas, cuja institucionalização foi catalisada pelo poder das forças destrutivas inerentes à lógica da era industrial, em especial dois tipos de vandalismo: um fruto de uma ação destrutiva e outro causado por uma prática restauradora sem critérios ou regras.

Assim, ação dos defensores do patrimônio assumiu duas formas específicas e complementares: a legislação protetora e a disciplina de conservação. Segundo a autora, entre 1830-87, viveu-se a heróica fase de experimentação e reflexão - apoiada no devotamento de alguns homens, sem instrumentos específicos e



serviços especializados para ajudá-los. Segundo ela, esses agentes contaram com a vantagem de estar investidos da autoridade do Estado e da posse de formidável instrumento de balizamento e controle - condição oposta à da Inglaterra, na qual essas práticas careciam de qualquer unidade. Em todo caso, essa fase heroica, como tal, conheceu uma série de dificuldades, dentre elas, o vazio doutrinal do contexto administrativo, técnico e jurídico.

## 7. A restauração como disciplina

### - As aporias da restauração: Ruskin ou Viollet-le-Duc

- Segundo Choay, nessa fase, duas doutrinas sobre restauração se defrontam: a intervencionista, representada por Viollet-le-Duc, e a anti-intervencionista, simbolizada por Ruskin. Como ela caracteriza cada uma delas?

Para Ruskin, as marcas que o tempo imprime nos monumentos fazem parte de sua essência e lhes confere caráter sagrado, uma vez que é fruto do trabalho das gerações passadas. Choay observa que esta doutrina está fundamentada na consciência do XIX do caráter único e insubstituível de todo acontecimento e obra histórica. Deste modo, portanto, nos é proibido tocar nos monumentos do passado. Restaurar é impossível; é uma fraude; é como ressuscitar um morto; é atentar contra sua autenticidade essencial.

Já para Viollet-le-Duc, restaurar um edifício é restituí-lo a um estado completo, que pode nunca ter existido em determinado momento. Choay observa que essa arquitetura nasce de uma ruptura: monumentos antigos são entendidos como testemunhos de sistemas históricos obsoletos – estão inapelavelmente mortos. Segundo Choay, essa postura põe em dúvida o conceito de monumento histórico, uma vez que se torna abstração, e não mais leva em conta sua autenticidade, se orientando por uma suposta coerência estilística, a qual determinada obra deveria representar adequadamente. Mais adiante, ao autor observa que o modelo francês é o que iria se expandir no mundo

## 8. Sínteses

### - Para além de Ruskin e Viollet-le-Duc: Camilo Boito

- Na última parte de seu texto, Choay trata das sínteses que foram construídas a partir dos modelos inglês e francês e que forneceram outros paradigmas que, após a década de 1960 e até hoje, servirão de referência para as práticas de patrimonialização. A primeira síntese que aborda é a de Camilo Boito. Quais são seus princípios e influências?

A seu respeito, a autora observa que deve a Ruskin e a Morris a noção de autenticidade. Como consequência, Boito rejeita a concepção paleontológica, comuns aos franceses, pois para ele é necessário preservar os acréscimos devido ao tempo, e não restaurar segundo uma suposta coerência estilística original, uma vez que ele igualmente rejeita a tipologia dos estilos que os franceses costumavam utilizar para orientar o trabalho de restauração.

No entanto, sua teoria também incorpora importantes elementos de Viollet-le-Duc. Entre elas, a prioridade do presente em relação ao passado. Assim, tal



como os franceses, a restauração surge como complemento indispensável de conservação.

O resultado dessa dupla influência, segundo Choay, é uma concepção complexa de restauração, marcada por alguns princípios particulares. Em primeiro lugar, que o trabalho de restauração deve ser marcado de forma ostensiva, isto é, não deve nunca passar por original. Em segundo lugar, Boito reconhece que toda intervenção é datada e marcada pelo estilo da época em que é feita a restauração; ou seja, assim como a obra a ser refeita, a restauração é sempre um ato datado.

## - Alois Riegl: uma contribuição maior

- **Por fim, Choay apresenta a segunda síntese das matrizes inglesas e francesas, que é a de Alois Riegl. Como esse pensamento está orientado?**

Segundo ela, a importância dessa síntese reside no fato de ela apresentar, sem ambiguidade, diferença entre monumento e monumento histórico, a partir de uma análise estruturada pela oposição de duas categorias de valores. O primeiro grande grupo de valores é definido por ele como valores de rememoração. Segundo ele, estes são ligados ao passado e se valem da memória. Este grande grupo é subdividido em dois. Um deles é composto pelos valores para a história e história da arte e remeteriam a um saber racional e especializado.

O outro subgrupo é formado por aquilo que ele chama de valores de “ancianidade”. Segundo Riegl, diz respeito à idade do monumento e às marcas do tempo que este carrega consigo, evocando a transitoriedade das criações humanas. Esse tipo de valor remeteria à sensibilidade e seria válido para todos.

Os segundo grande grupo de valores que Riegl categoriza é formado por aquilo que ele chama de “valores de contemporaneidade”. Segundo ele, são os valores que pertencem ao presente. Este grupo também é subdividido em dois. Um deles é o que ele chama de **valor artístico** que, por sua vez, podia ser discernido entre **valor artístico relativo** (diz respeito à parte das obras artísticas que continuou acessível à sensibilidade moderna) e o **valor de novidade** (tocante à aparência fresca e intacta dessas obras).

O segundo subgrupo que participa dos valores de contemporaneidade é definido pelo **valor de uso** para a geração atual. Choay observa ao final que a importância do modelo de Riegl é que, entre outras coisas, ele revela as exigências simultâneas e contraditórias dos valores que o monumento foi acumulando ao longo dos séculos. Ela lembra também que, apesar da importância que essas sínteses têm atualmente, as práticas conservadoras até 1960 permaneceram as mesmas e fiéis a Violet-le-Duc.

### Sugestões de leitura:

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Cronologia e bibliografia das práticas de preservação do patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

# A política de patrimônio no Brasil: a “Fase Heroica”

**Texto base:**

FONSECA, Maria Cecília Londres. A fase heróica. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005, p.81-130.

## 1. Introdução

O livro *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil* - muito presente nos cursos de memória e patrimônio por apresentar um panorama abrangente das políticas de preservação do patrimônio no Brasil, desde a fundação em 1936 do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) até a atualidade – será, em parte, objeto de discussão neste capítulo. A autora, Maria Cecília Fonseca, faz uma releitura crítica das interpretações consolidadas sobre esse fenômeno ao longo do tempo.

Licenciada em Letras, mestre em Teoria da Literatura pela UFRJ e doutora em Sociologia pela UnB, Fonseca possui uma longa trajetória em patrimônio histórico, chegando a ser, por exemplo, representante do Brasil nas reuniões de peritos internacionais da Unesco para a elaboração da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, entre 2002-2003; conselheira do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, em 2004, e sócia correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 2005.

## 2. “A Fase Heroica”: o início das políticas patrimoniais no Brasil

- Qual é o objetivo de Fonseca no capítulo “A Fase Heroica”?

O objetivo nesta parte do livro é procurar explicar para o leitor o início da Secretaria de Patrimônio Artístico Histórico Nacional (Sphan) no Governo Vargas, a institucionalização do conceito de patrimônio, os múltiplos agentes intelectuais responsáveis pela sua formação e as políticas públicas necessárias para dar visibilidade a esse projeto. Com efeito, ela reúne elementos para que se possa compreender a crítica que será feita, principalmente, a partir dos anos de 1970, a essa primeira fase de formação das políticas patrimoniais brasileiras.

## 3. O movimento modernista e o patrimônio

- Quando o tema patrimônio passa a ser considerado no Brasil?

No Brasil, a temática do patrimônio começou a ser considerada relevante politicamente, a partir da década de 1920, com o apoio de alguns intelectuais modernistas que elaboraram um conceito de patrimônio expresso como



preocupação pela preservação de monumentos e objetos de valor histórico e artístico. São esses intelectuais modernistas que vão contribuir significativamente, nos anos de 1930, com a efetiva institucionalização de uma política patrimonial durante o Estado Novo Vargasista.

- **Por que alguns intelectuais modernistas se inseriram na política patrimonial durante o Estado Novo?**

Como se sabe, os intelectuais modernistas durante a Primeira República eram muito críticos aos modelos políticos e culturais atrelados a padrões europeus e distantes das tradições brasileiras. Com o governo Vargas, foi possível para muitos desses intelectuais modernistas a participação no desenvolvimento de políticas públicas que contribuíssem para a valorização da cultura brasileira. Apesar de esse Estado ter adquirido formas autoritárias e precisasse legitimar o regime por meio da identificação dos cidadãos com a nação, ele tinha como função organizar a vida social e política. Por isso, deu margem para ampla participação política dessa elite intelectual.

As correntes modernistas que tinham grande expressão na política federal naqueles anos eram fundamentalmente do Sudeste (São Paulo e Minas Gerais). Seus projetos para o Brasil foram intimamente vinculados a uma política direcionada para a área da cultura, da educação e do patrimônio, que ora convergiam, ora divergiam. Antônio Candido nos chama a atenção para a dependência de muitos desses intelectuais com o Estado brasileiro, pois, embora em sua maioria fossem de famílias tradicionais abastadas, contavam com o mecenato do governo.

- **Até que ponto esses intelectuais modernistas, cooptados pelo Estado autoritário varguista, conseguiram exercer uma liberdade crítica? Não há uma contradição entre esses intelectuais desejarem colaborar com a nação de forma crítica e, ao mesmo tempo, dependerem do Estado autoritário?**

Segundo Fonseca, os modernistas alcançaram projeção pela produção qualitativa e prestígio político que foram alcançando no governo varguista, resultando no envolvimento de muitos para a construção de uma nova nação com o aval estatal. Importa mencionar que a postura independente dos intelectuais em relação à Vargas não foi tão incomum como se pensa. O próprio ministro da Educação, o mineiro Gustavo Capanema, realizou muitos projetos autônomos em relação ao regime autoritário. No que toca à área patrimonial, a autora ressalta ainda que ela foi mais autônoma, pois a cultura produzida pelo SPHAN não era utilizada como instrumento de persuasão ideológica pelo Estado Novo.

- **Qual era o passado nacional que os modernistas desejavam preservar?**

Como no Brasil, durante a Primeira República, a maior parte da população estava marginalizada e a cultura local e nacional não havia alcançado reconhecimento político, a valorização das tradições brasileiras era vista por diversos intelectuais - como o arquiteto Lúcio Costa - como uma condição de



mudança. Diante disso, o destaque dado às expressões artísticas do nosso passado colonial, como o barroco, foi o início da tentativa de promover a estruturação de memória coletiva para a valorização das tradições nacionais e constituição de um projeto político efetivamente moderno. Eduardo Jardim de Moraes nos chama atenção para o fato de que os modernistas brasileiros não desejavam romper com a tradição em prol do novo, mas sim rerepresentar as tradições nacionais para que as inovações do processo de modernização brasileiro pudessem conviver com as especificidades das identidades locais.

Não é difícil imaginar que Minas Gerais, pelos vastos registros materiais e imateriais vinculados ao passado colonial e pela intensa participação política de muitos de seus intelectuais na vida pública brasileira, como Rodrigo Melo Franco de Andrade, se tornou um polo central para as políticas de preservação do patrimônio. Paulistas, cariocas e tantos outros passaram a identificar, na história de Minas, mais precisamente na expressão do barroco, como dito, o *berço de uma civilização brasileira*.

Assim, a busca pelas “autênticas” expressões artísticas e a necessidade de autonomia na esfera social foi um dos pressupostos dos modernistas, bem como tema central no início dos debates sobre as políticas patrimoniais, que contribuíram para elevar, em 1933, Ouro Preto à categoria de monumento nacional e para criar inspetorias estaduais de monumentos históricos em outras regiões, como Bahia e Pernambuco. Mas os modernistas não eram os únicos a se interessar pelo destino e pela proteção do passado colonial brasileiro; havia outras correntes mais conservadoras, como a do engenheiro português Ricardo Severo, que buscava contribuir com a chamada arte tradicional brasileira.

- **Quais as contribuições dos agentes das primeiras políticas do SPHAN?**

É possível imaginar que a criação do SPHAN, em 1936, se constituiu como uma iniciativa precursora que trouxe certa consciência pública sobre a necessidade não só de registrar o passado nacional, mas também da urgência em preservar monumentos de arte colonial que estavam se perdendo. Mário de Andrade, Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Prudente de Moraes foram alguns dos colaboradores, entre outros. Mário de Andrade, por exemplo, foi um dos modernistas que se destacaram no início da constituição das políticas patrimoniais ao elaborar o “anteprojeto” sobre o tema, a convite do ministro da Educação Gustavo Capanema e com o apoio do dirigente do então Sphan, Rodrigo de Melo Franco.

- **Qual a visão, a importância e o impacto de Mário de Andrade sobre a questão patrimonial no Brasil?**

Em linhas gerais, havia algumas similitudes do “anteprojeto” sobre o patrimônio brasileiro de Mário de Andrade com algumas propostas europeias vigentes naquela época, bem como inovações que consistiam em conceber as políticas patrimoniais como compromissos por preservar tanto a arte erudita quanto a popular, presentes na cultura brasileira. Este conceito unificador da ideia de patrimônio artístico brasileiro e sua visão sobre a necessidade de políticas de tombamentos de bens privados, garantindo ao proprietário o uso e a posse do bem, não foram institucionalizadas no Decreto-lei nº 25, em 1937, que passou a compreender o universo de bens culturais brasileiros, por meio de ideias mais restritivas (manifestações intangíveis, como festas, não foram consideradas naquele momento) e a reconhecer a impossibilidade de o Estado indenizar ou



mesmo fiscalizar propriedades privadas tombadas. Porém, algumas de suas ideias foram parcialmente incorporadas pelo SPHAN, a partir do Estado Novo, como: a difusão do conhecimento sobre a cultura popular como arte e história em revistas especializadas e a adoção parcial de museus pedagógicos sensíveis às identidades da população local em contraponto a museus tradicionais de grandes nomes e fatos.

Assim, a preocupação em valorizar o popular e tornar isto uma política de Estado era uma das funções intelectuais mais importantes de Mário de Andrade. Para ele, o valor de um bem histórico deveria ser definido socialmente pela população educada a fim de poder usufruir melhor esteticamente e historicamente o seu passado.

- **Por que esta política patrimonial foi compreendida posteriormente como uma política ultrapassada?**

A política patrimonial institucionalizada, de fato, pelo SPHAN, na década de 1930, foi compreendida com o passar do tempo, principalmente a partir dos anos de 1970, como uma política ultrapassada, elitista e restritiva, distante do “anteprojeto” de Mário de Andrade. Isso porque nutria ainda uma visão muito limitada sobre o que e como deveria ser preservado o patrimônio brasileiro ao valorizar fundamentalmente os monumentos artísticos e religiosos do passado colonial, com a rememoração dos grandes feitos e grandes homens. É importante considerar que o modo como a discussão patrimonial tem sido abordado atualmente remete, antes de tudo, mais a um ponto de vista contemporâneo sobre política cultural do que aos reais conflitos e possibilidades vividos na década de 1930.

#### 4. O programa de trabalho do SPHAN

- **Qual foi, de fato, a política de trabalho desenvolvida pelo SPHAN nos seus inícios?**

O programa de trabalho no SPHAN foi, inicialmente, o exercício de uma política de tombamento, cuja prioridade era dada aos remanescentes da arte colonial brasileira, localizadas, fundamentalmente, em Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul. A justificativa estava relacionada aos excessivos saques de objetos coloniais para comercialização e ao processo de modernização das cidades, que, ao se urbanizarem, eliminavam parte dos imóveis do passado e da memória material do país.

- **Por que o SPHAN privilegiou o passado colonial brasileiro, em especial as igrejas barrocas, em suas políticas de preservação patrimonial?**

A ênfase dada aos tombamentos de igrejas católicas do período colonial, especialmente as barrocas, esteve relacionada ao lugar que essas instituições ocupavam no meio social brasileiro daquele tempo - entendido como o ponto central e profundo de nossa história. O **barroco** é a chave da formação da identidade brasileira, porque nesta arte é possível observar, na visão de muitos modernistas daquela época, as expressões portuguesas e de que forma ela



incluiu desde o início as africanas e indígenas.

- **Quais as indagações que nortearam as políticas de trabalho do SPHAN?**

Qual critério adotar nas políticas patrimoniais? Quantas obras preservar? Qual o recurso necessário? O que é autêntico? O que deve ser restaurado? Essas foram algumas das indagações que permearam as discussões no SPHAN, em meio ao estabelecimento de padrões considerados científicos e comprometidos com a verdade. É necessário compreender que a atuação dessa instituição nos seu início teve uma importância restrita, elitista, pois apenas um grupo de pessoas reconhecia o pioneirismo do empreendimento que concedia ao Estado o direito e o dever de ser o intérprete e o guardião dos valores culturais da nação. A grande parte da população associava patrimônio, segundo Fonseca, a uma imagem da *beleza* e da *realidade* da nação.

Os arquitetos modernistas que defenderam a perspectiva de preservação patrimonial vinculada ao patrimônio colonial procuraram adotar critérios que enfatizaram afinidades estruturais entre os princípios constitutivos do período colonial e os da arquitetura modernista, recusando tanto a cópia quanto o ecletismo em prol do autêntico.

As pesquisas realizadas para o estabelecimento de determinados critérios consistia em considerar o histórico da obra, a descrição pormenorizada, o estado de conservação, as alterações sofridas e a documentação bibliográfica existente. Com efeito, foi se constituindo uma jurisprudência que procurava evitar fazer uma propaganda ideológica do Estado, ao atestar uma preocupação científica com os objetos tratados por meio de uma atuação dita criteriosa.

- **Quais foram os procedimentos adotados pelo SPHAN que atestavam o compromisso da instituição com a verdade?**

Conferir autoridade a técnicos, assegurar a proteção legal dos bens tombados e valorizar o caráter estético das obras, de acordo com os cânones da arquitetura modernista, foram alguns dos procedimentos adotados pelo Conselho Consultivo, composto pelo diretor do SPHAN, diretores de museus nacionais e dez membros nomeados pelo presidente da República.

Importa lembrar que a participação efetiva dos historiadores e museólogos na equipe de trabalho do SPHAN ainda era, naquela época, muito incipiente. Desse modo, arquitetos e técnicos mais ou menos afinados com o modernismo eram, fundamentalmente, os grandes executores das políticas públicas de preservação patrimonial no Brasil, nessa fase denominada heroica.

- **O que diziam as vozes discordantes dessa política patrimonial adotada pelo SPHAN?**

É possível observar no texto de Fonseca que as vozes discordantes se manifestavam de maneira a questionar os limites estabelecidos entre aquilo que deveria se tornar patrimônio público e o que deveria permanecer como bem privado; a desafiar uma política comprometida com o rigor associando-a a uma cultura de aparência e a enfrentar o valor dado às políticas patrimoniais por parte de uma elite intelectual brasileira, por meio de discutíveis critérios de seleção, restauração e autenticação. Logo, a tarefa do SPHAN exigia o desenvolvimento



de um padrão de trabalho moderno que conquistasse legitimidade nos moldes europeus e que alcançasse um reconhecimento social amplo, universal. Segundo Mário de Andrade e o próprio diretor do SPHAN na época, Rodrigo de Melo Franco, o único meio eficaz de enfrentar as críticas seria colocar em prática os objetivos propostos e criar na população um sentido de patrimônio por meio da educação massiva.

- **O SPHAN teve autonomia dentro do Estado Novo?**

A autonomia restrita dada aos intelectuais por parte do Estado Novo para a reelaboração da cultura nacional permitiu a mediação entre o Estado e a sociedade. No caso do SPHAN, esta autonomia foi ampla, pois dentro do Ministério da Educação e Saúde (MES) suas atividades chamavam pouca atenção por terem sido exercidas com recurso e função bastante limitados para a mobilização popular. Em contrapartida, salienta Fonseca, os intelectuais que atuavam nesse setor eram também envolvidos em outras esferas do governo mais restritivas.

- **Mas qual o interesse político do governo autoritário em cooptar tantos intelectuais críticos?**

O principal interesse político era a possibilidade de cooptar intelectuais de prestígio, cujas manifestações tinham repercussões junto à opinião pública, restritas naquele tempo às classes mais altas e intelectualizadas, contribuindo, assim, para ratificar uma imagem de coesão social em torno de um projeto nacional: “consórcio pacífico de evolução e tradição”.

Isso foi feito em dois sentidos. Em primeiro lugar, foi aberto espaço para que os intelectuais preocupados com o patrimônio fossem remunerados e induzidos a aderir a determinadas posições ideológicas. Em segundo, foi considerada a defesa de bens de arte erudita que contrabalançassem com o tom popular dado pelo governo em nome do “interesse público”. O efeito dessa política foi a possibilidade de consolidação do SPHAN, sem o engajamento ideológico observado em outros setores do Estado - embora com isso a sua margem de atuação ficasse limitada e distante da própria sociedade.

- **Qual a conquista positiva do SPHAN diante de tantos desafios?**

Para Fonseca, o prestígio alcançado pelo SPHAN, ao longo do tempo, não se deve aos investimentos do governo, nem ao trabalho realizado, mas sim ao padrão ético alcançado. Apesar de admirável, esse padrão ético foi incapaz de enfrentar os novos desafios e interesses apresentados a política de patrimônio a partir de 1970.

**Sugestões de leitura:**

CHUVA, Márcia. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MICELI, Sérgio. SPHAN: Refrigério da cultura oficial. IN: \_\_\_\_ *Intelectuais à brasileira*. SP: Companhia das Letras, 2001, p.357-368.

MOTTA, Lia. O SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº22/1987.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Inventário e patrimônio cultural no Brasil. *História*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 257-268, 2007.

SILVA, Zélia L. (org). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP. 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Cronologia e bibliografia das práticas de preservação do patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

## A política de patrimônio no Brasil: a “Fase Moderna”

### Texto base:

FONSECA, Maria Cecília Londres. A fase moderna. In: O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005, p.147-202.

### 1. Introdução

Neste capítulo, o objetivo é apresentar alguns aspectos fundamentais do texto *A Fase Moderna*, de Maria Cecília Fonseca, autora já conhecida de vocês. A ideia central da autora foi a de analisar as novas propostas que sucederam a chamada “Fase Heroica”, a partir dos anos de 1970, se tornando alternativa ao trabalho desenvolvido no Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Vale lembrar que as diretrizes empreendidas no SPHAN durante o Estado Novo não tiveram grandes alterações até o final da década de 1960 - embora a política brasileira tivesse experimentado experiências democráticas e modernização econômica. A direção do SPHAN, por exemplo, permaneceu nas mãos de uma só pessoa, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, até os anos de 1960. Assim, caminhou, na visão de muitos analistas, para um progressivo desgaste em relação ao modelo patrimonial implementado nas primeiras décadas, pois ocorreu uma baixa taxa de renovação na composição dos intelectuais envolvidos (muitos eram apenas discípulos dos modernistas da década de 1920!) e sucedeu um gradativo abandono nas atividades de divulgação e pesquisa. Somado a tudo isso, surgiu um agravante maior: a alta especulação imobiliária que se caracterizava - e se caracteriza ainda hoje - como um entrave às políticas de tombamento do governo federal.

Com efeito, os problemas financeiros se somaram ao antigo entendimento de que era necessário às políticas patrimoniais saírem do isolamento em relação às grandes questões culturais para mobilizar a opinião pública e o governo sobre a necessidade de conservação de monumentos públicos. Os caminhos para a superação da crise apontavam para a descentralização das políticas institucionais, bem como para a busca de novos sentidos de preservação.

- **Mas como realizar esta tarefa? Como criar a autonomia necessária para a mudança das políticas patrimoniais? De que forma seria possível atrelar os valores tradicionais com os valores modernos? Como gerar impacto social?**

Foi diante dessas inquietações que surgiram a noção de preservação dos centros históricos (PCH), da preservação das cidades com seus monumentos. Nessa ideia estava colada a possibilidade de conciliação das tradições com a modernidade urbana, industrial e frenética, além da possibilidade de se angariar recursos ao utilizar esses bens culturais como mercadorias de potencial turístico. Em 1965, o SPHAN recorreu à Unesco em busca de orientação para reformular



efetivamente a sua atuação, a fim de compatibilizar preservação e novo modelo econômico.

O reconhecimento de que a estrutura e a experiência de trabalho do Sphan eram insuficientes mobilizou, como mencionado, possibilidades de cooperação interna e externa. A descentralização foi uma necessidade das políticas patrimoniais de compartilhar com estados e municípios bens de valor regional. A cooperação entre diversos setores do governo federal permitiu a possibilidade de reconstrução de algumas cidades históricas. Ainda assim, alguns setores modernos, como o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), reconheciam no Iphan algumas carências conceituais, como a necessidade de identificação social mais abrangente do patrimônio limitada étnica, histórica e socialmente.

## 2. O CNRC

- **Qual o papel do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) para a renovação do SPHAN?**

O CNCR, crítico em relação a algumas políticas do SPHAN, surgiu de um pequeno grupo dissidente vinculado, em parte, ao Ministério do Comércio e Indústria, durante o regime militar, como fruto de algumas inquietações relacionadas à desvalorização dos produtos tipicamente brasileiros, que eram desvinculados das políticas de desenvolvimento nacional. Empresários, embaixadores, artistas, sociólogos e documentaristas estavam determinados a mudar essa realidade, inicialmente, por meio da criação de um banco de dados sobre a cultura brasileira, capaz de propiciar a identificação e o acesso a produtos culturais brasileiros. Desse modo, a ideia era conhecer melhor a cultura brasileira e contribuir politicamente para o seu desenvolvimento.

Sob a direção do *designer* gráfico Aloísio Magalhaes, a partir de 1975, o centro deu primeiramente ênfase às experiências de referenciamento, ao mapear com base antropológica o artesanato brasileiro, aproximando-o sem preconceito dos consumidores e produtores e compreendendo como um movimento participativo e dinâmico, nunca estático. Além disso, contribuiu para a realização de um levantamento sociocultural para o desenvolvimento regional e com o conhecimento sobre a história e tecnologia do país.

Vale ressaltar que, apesar de alguns pontos de contato com as políticas do SPHAN, o perfil dos funcionários que constituíram esse centro era muito mais plural. A ênfase na diversidade da formação acadêmica gerou a participação de cientistas sociais, críticos literários e físico-matemáticos que procuraram a interdisciplinaridade para pensar as questões relativas à cultura brasileira. Apesar de seus efeitos terem sido dispersos e inconclusos, foram fundamentais para balizar as políticas da Secretaria da Cultura do MEC, incorporados na Constituição de 1988.

A ideia em pensar o Brasil como um país novo, rico e portador de uma cultura original teve grande adesão no processo de modernização desenvolvido durante a Ditadura Militar. O CNCR desenvolveu o conceito de bem cultural como alternativa mais abrangente à noção de patrimônio histórico e mostrou sua capacidade de gerar valor aos produtos culturais da nação ao apresentar alternativas para o desenvolvimento econômico brasileiro. Diante disso, em 1979, o CNRC se fundiu com o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de modo a operacionalizar melhor o primeiro e a revigorar certas práticas culturais enrijecidas desse último. Aloísio Magalhães foi nomeado o presidente do então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com a



clara percepção de que “é através das coisas vivas que se deve verificar que as do passado não devem ser tombadas como mortas.”<sup>1</sup>

### 3. Mudanças

- **Quais as mudanças ocorridas no SPHAN a partir dos anos de 1970?**

Antes, no SPHAN, não havia uma vinculação - utilitária e simbólica – dos bens tombados com a vida social e econômica das comunidades, pois, segundo Aloísio, eram compreendidos como bens “mortos”. Coube aos intelectuais associados ao IPHAN, a partir da década de 1970, elaborarem, de fato, explicações valorativas para um novo entendimento da cultura popular, o que tornava possível certo reconhecimento histórico, artístico e turístico das representações vigentes das etnias indígenas e africanas.

De acordo com Fonseca, com o passar dos anos, a preservação das manifestações culturais assumiu uma nítida conotação política, uma vez que o processo de redemocratização no país colocou em evidência a luta pela cidadania e o respeito à diversidade cultural em detrimento à desigualdade latente. A secretaria de cultura do MEC encabeçou, a partir de 1981, novas propostas com ações que levaram em conta não apenas o atendimento das necessidades culturais, mas também as necessidades econômicas e políticas dos grupos sociais até então excluídos. As comunidades passariam, assim, a participar do processo de construção e de gerenciamento da produção cultural brasileira, inclusive no que toca à questão patrimonial.

Importa lembrar que as mudanças no cenário externo contribuíram para as políticas plurais de preservação patrimonial no Brasil. O processo de descolonização na África, a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, o fim das experiências ditatoriais na América Latina e o apreço global por políticas democráticas e vinculadas à cidadania marcaram a tendência das diretrizes da maior parte dos países ocidentais.

A possibilidade de reelaboração de propostas sobre o patrimônio cultural brasileiro entre grupos de diversas orientações políticas assegurou, segundo a autora, a reestruturação da área cultural do governo federal, apoiada no conhecimento antropológico e no compromisso democrático. A busca por autonomia, reconhecimento e respeito à diferença fez com que surgissem correntes críticas aos modelos puramente técnicos e intelectualizados. O próprio Ministério da Educação e Cultura (MEC) foi criado no quadro de abertura política iniciada pelo governo Geisel como uma via de participação social.

- **Em que medida as estratégias adotadas efetivamente pelo IPHAN, a partir dos anos de 1970, levou à democratização da política de preservação do patrimônio nacional?**

Para Fonseca, o alcance dessa política no âmbito da preservação patrimonial foi ainda, nos anos de 1970 e 1980, bastante limitado, pois evitava qualquer alusão à ideia de sincretismo em prol de um reflexão dualista da cultura, mantendo uma relação de tensão no que se refere ao velho e ao novo; ao passado e futuro; aos pobres e ricos; aos bens vivos e bens mortos, etc.

<sup>1</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. A fase moderna. In: *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005, p.176.



Somado a isso, a construção de uma visão idealizada de grupos sociais sem uma identificação com a realidade concreta e a postura hierárquica do governo atuando como porta-voz de grupos culturais populares tornaram essa política problemática, imprecisa e ambígua na visão de muitos acadêmicos, como Sérgio Miceli e Maria Helena Chauí.

Assim, é possível considerar que, embora o discurso político fosse democrático e sensível às novas demandas sociais, havia uma substantiva dificuldade para a efetivação de uma proposta plural para o patrimônio cultural. A morte de Aloísio Magalhães, logo nos inícios dos anos de 1980, e as crises econômicas vividas no Brasil agravaram a situação.

- **O que vale a pena o historiador ter em mente quando se propõe a estudar as políticas patrimoniais no Brasil?**

Vale a pena observar que os conceitos de cultura, patrimônio e bem móvel são objeto de disputas políticas e apresentam múltiplos significados. Cabe ao historiador desnaturalizar certos conceitos que estão cristalizados para a produção de um conhecimento crítico nessa área. Desse modo, os limites tratados sobre as políticas patrimoniais no Brasil, não devem, por exemplo, excluir os amplos avanços feitos no que se refere à questão cultural.

**Sugestões de leitura:**

CHUVA, Márcia. Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Cronologia e bibliografia das práticas de preservação do patrimônio cultural. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

LEAL, Cláudia (org.). Consultores da Unesco no Brasil: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

SILVA, Zélia L. (org.). Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo: UNESP. 1999

# Patrimônio imaterial

**Texto base:**

CHOAY, Françoise. A consagração do monumento histórico. IN: CHOAY, Françoise. A alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p.125-173.

## 1. Introdução

Neste capítulo, vamos dar continuidade às discussões sobre patrimônio com base no texto *Patrimônio imaterial: marcos, referenciais, políticas públicas e alguns dilemas*, da cientista social Simoni Toji. O objetivo de seu trabalho foi o de fornecer elementos para o debate sobre a atual política de patrimônio imaterial no Brasil, ao colocar em evidência suas controvertidas dimensões históricas, econômicas e sociais.

## 2. A constituição do campo de patrimonial no Brasil

- **Quando as políticas patrimoniais passaram a existir no Brasil?**

Como vimos, a constituição das políticas patrimoniais no Brasil ocorreu, oficialmente, nos anos de 1930, durante o Estado Novo de Vargas, com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Apoiada por intelectuais e arquitetos modernistas, como Mário de Andrade e Lúcio Costa, essa política, discutida desde a década de 1920, se revelou como pedra angular da formalização de determinados conceitos e práticas sobre a preservação histórica no Brasil.

Vale destacar que a visão de Mário de Andrade sobre o tema, conhecida pelo seu “anteprojeto”, foi importante ao procurar dar ênfase à necessidade de uma política pública que compreendesse o patrimônio no Brasil como objeto de sentido amplo e global, com dimensões artísticas, arqueológicas, históricas, sociológicas, eruditas, populares, etc. É certo que sua visão democrática, no que toca ao conceito de cultura, não foi integralmente incorporada no início da institucionalização da política pública patrimonial, nos anos de 1930. Isso porque o Estado Novo acabou por enfatizar uma visão mais restrita de preservação cultural, vinculando-a fundamentalmente à preservação de certos objetos materiais do período colonial com valor considerado excepcional para muitos arquitetos modernistas.

No entanto, o “Anteprojeto” de Mário de Andrade pode ser compreendido como um dos importantes horizontes de possibilidades debatidos no início das formulações desta política pública.

- **Quais as principais mudanças observadas nas políticas patrimoniais do Brasil ao longo do tempo?**

Podemos mencionar algumas mudanças significativas na área das políticas patrimoniais do Brasil ao longo do tempo. Nos anos de 1970, por exemplo, as políticas do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)



sofreram uma substantiva revisão em relação àquelas políticas existentes desde a sua criação, durante o Estado Novo, ao buscar maior reconhecimento diante da sociedade, na tentativa de responder às transformações políticas, sociais e econômicas vividas pelo país. Determinadas noções, como “excepcionalidade”, “monumentalidade”, “critérios de beleza”, “documento”, “preservação”, etc. passaram a ser problematizadas, ao terem os significados associados a visões restritivas e, algumas vezes, preconceituosas. Ampliar certas noções foi preocupação fundamental de certos membros do SPHAN.

- **Na prática, como esta mudança sobre a política patrimonial foi concretizada?**

Segundo Toji, por meio de políticas patrimoniais que possibilitavam um reconhecimento mais amplo da tradição histórica brasileira, para além da valorização do passado colonial, do critério enrijecido de beleza e do entusiasmo excessivo com a ideia de grandes nomes e fatos. O efeito foi que, com o passar do tempo, o reconhecimento de determinados registros patrimoniais do país, como o Centro Histórico de Laguna, exaltado a partir de então por suas lutas históricas marcantes, se tornaram representativos da própria história nacional, apesar de não ter atributos de beleza arquitetônica ou monumental.

- **Quais foram os agentes que influenciaram parte das transformações do SPHAN ao longo dos anos de 1970 e 1980?**

Vale lembrar a importância das experiências do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), surgido em Brasília, durante a Ditadura Militar, que colocou em xeque alguns dos pressupostos das políticas patrimoniais existentes naquela época, especialmente a noção de bem intangível, e procurou a revalorização dos diversos produtos culturais brasileiros, com base em conhecimentos sociológicos e antropológicos. Valorizar festas, comidas e bebidas tradicionais da cultura popular brasileira foi seguramente uma forma, segundo o diretor do Iphan Aloísio Magalhães, de trazer à tona a utilidade do passado no presente.

Ao final dos anos de 1970, o SPHAN decidiu se unir ao Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), com o intuito de renovação e de fortalecimento das políticas patrimoniais no país. O resultado foi institucionalizado, de fato, na Constituição de 1988, que passou a reconhecer, entre outros fatores, a dimensão “imaterial” do patrimônio histórico. Conforme estipulado na lei, “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.”<sup>1</sup>

### 3. A política de patrimônio imaterial

- **Como se deu o processo de constituição de uma política de Patrimônio Imaterial no Brasil?**

A identificação e a documentação de determinado bem imaterial, logo após o seu reconhecimento pela Constituição de 1988, não garantiam a

<sup>1</sup> TOJI, Simone. Patrimônio imaterial: marcos, referências, políticas públicas e alguns dilemas. *Patrimônio e memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n.2, p. 11-26 - dez. 2009, p.22.



sua sobrevivência; era ainda preciso criar instrumentos apropriados para a salvaguarda de muitos processos da produção cultural. Em 1996, por exemplo, a Fábrica de Vinho de Caju Tito e Silva, na Paraíba, foi reconhecida como Patrimônio Brasileiro, especialmente, segundo Toji, pela produção artesanal da bebida de vinho de caju. Como a proteção do bem incidiu somente sobre a preservação do imóvel da fábrica, a produção de vinho de caju não resistiu a pouca demanda e a fábrica foi fechada.

Diante de fatos como esse, em 2000, esta política foi reforçada visando sanar alguns impasses por meio do Decreto Lei 3551, que passou a instituir o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial. Isto foi feito seguindo as tendências internacionais de políticas patrimoniais, como a Recomendação de Paris, de 1989, pela Unesco sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, e a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, das Nações Unidas, de 2003.

- **Como é problematizado o conceito de Patrimônio Material e Imaterial?**

O cenário democrático vivido no Brasil nos últimos tempos em que se desenvolveram essas políticas públicas sobre patrimônio material e imaterial fomentaram debates cada vez mais frequentes e acalorados. O que é bem material? O que é bem imaterial? Estas terminologias expressam em geral diferentes posturas de ações de *patrimonialização* divergentes.

Se o termo “**material**” irá se reportar à atuação tradicional dos órgãos de patrimônio com relação ao reconhecimento de edificações, monumentos e centros históricos, ligados normalmente aos períodos colonial e modernista, o termo “**imaterial**” irá se referir ao reconhecimento oficial de manifestações que sempre estiveram alijadas desse processo, como as ligadas a grupos populares e minorias étnicas. No entanto, essas terminologias são discutíveis quando se avalia, por exemplo, que o chamado “bem imaterial” só pode se realizar mediante suporte material, e que o “bem material” só tem valor, se for considerada sua dimensão simbólica dada socialmente.

- **Como o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial é atualmente colocado em prática?**

De maneira sucinta, o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial atua seguindo algumas linhas de ações de sustentabilidade, promoção, capacitação e pesquisa, documentação e informação, que vêm sendo exercidas nas esferas federal, estadual e municipal. Na linha de ação Pesquisa, Documentação e Informação, o objetivo é identificar e documentar os bens imateriais existentes. Tal tarefa cabe não apenas ao Iphan, mas também a todos os grupos sociais ou de pesquisa que se interessam em realizar determinado registro cultural. Esse último é o reconhecimento oficial do governo de que determinado bem é considerado patrimônio imaterial brasileiro.

Apenas as instâncias oficiais dos governos federal, estadual e municipal concedem a possibilidade desse registro conforme, fundamentalmente, a demanda social. A avaliação e o reconhecimento dependem da Câmara do Patrimônio Imaterial e o Conselho Consultivo. O resultado é em boa medida bastante esperado pelas comunidades, pois o reconhecimento leva os membros da comunidade a serem amparados por um plano de gestão e salvaguarda que contribuirá para o reforço das identidades de populações excluídas, a valorização de práticas culturais, a participação política mais ampla e a possibilidade de



desenvolvimento turístico. Grupos quilombolas, indígenas e camponeses são os grandes contemplados, embora não seja essa a garantia necessária para a conquista plena dos direitos sociais.

O governo entende assim que os bens de natureza imaterial são dinâmicos e se transformam, de acordo com as mudanças da própria sociedade. Diante disso, os títulos de registro têm validade de dez anos, sendo reavaliados com periodicidade. Mas os bens materiais também não podem ser considerados dinâmicos, segundo as mudanças da sociedade, que reanalisa constantemente o seu passado? Essa é uma questão para pensarmos o quanto este tema é polêmico e envolve toda a sociedade.

- **Quais os desafios atuais que podemos apontar sobre as políticas de Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil?**

De acordo com Toji, existem alguns desafios internos e externos com relação às políticas de patrimônio cultural imaterial no Brasil desenvolvidas no Iphan. Há impasses dentro do governo, pois o Iphan pode reconhecer determinadas práticas alimentares como bem imaterial: é o caso do queijo artesanal, que a vigilância sanitária não o considera dessa forma. Há também conflitos sociais. O Iphan pode reconhecer práticas culturais e associá-las a um bem imaterial. Este reconhecimento leva muitas vezes à necessidade de formalização de práticas, como as que induzem os capoeiristas a se formarem em Educação Física. O impasse assim se apresenta: deve ou não o Estado obrigar o capoeirista a se formar em Educação física?

- **O que o historiador deve ter em mente ao abordar este tema?**

É preciso pensar que as políticas patrimoniais revelam os valores sociais dados no seu tempo, os embates políticos dentro e fora do governo, a valorização de parte do passado e o reconhecimento de determinados grupos sociais do presente. Assim, é possível afirmar que se trata de uma política pública complexa, contraditória e dinâmica, que deve ser analisada em perspectiva crítica por parte do historiador. Para quem se interessa pelo tema, vale muito a pena entrar no site do Iphan e observar atentamente como as funções são repartidas, como os conceitos são compreendidos, quais são os recursos disponíveis, quem são os beneficiados, que tipo de conhecimento sobre o Brasil é ali disponibilizado.

#### **Sugestões de leitura:**

ABREU, Regina. "Tesouros humanos vivos" ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural – notas sobre a experiência francesa de distinção do "Mestres da Arte". IN: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.81-94 (14 pp).

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Cronologia e bibliografia das práticas de preservação do patrimônio cultural. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007. (Cadernos de Estudos do PEP)

SANT'ANNA. Márcia. A face imaterial do Patrimônio Cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 46-55.